

CLIPPING IMPRESSO

21/10/2022



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	4

Judiciário e Município de Santa Helena realizarão mutirão de registro civil



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), em conjunto com o Tribunal de Justiça e parceria com o Município de Santa Helena, realizará um mutirão de combate à erradicação ao sub-registro (ausência da Certidão de Nascimento) para um público esperado de cerca de 100 moradores, na próxima terça-feira, 25, no fórum da comarca (Travessa Bequimão, s/nº, Ponta D'Areia - Santa Helena).

Uma reunião com essa finalidade foi realizada na quarta-feira, 19, pela juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA, com o prefeito municipal Zeildo Almeida Júnior, a procuradora-geral do município, Laurine Lobato;

o chefe de gabinete Renato Sousa; o vereador Jorge Malhadeira, e o registrador do 1º Ofício de Imóveis, Protestos e Notas de Santa Helena, Paulo da Silva Oliveira.

Na reunião, foram discutidas as responsabilidades de cada um dos parceiros na ação conjunta que oferecerá registro civil gratuito, segunda via de Certidão de Nascimento e registro civil e de óbito tardios – gratuitamente -, além de discutir a formalização de Termo de Cooperação visando à regularização fundiária (REURB-S), que garantirá a titularização da propriedade de imóveis para moradores da região.

PROMOÇÃO DA CIDADANIA

A parceria institucional

com a Prefeitura Municipal de Santa Helena faz parte de um esforço conjunto do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e da Corregedoria Geral da Justiça (GGJ-MA), com o objetivo de garantir à população local condições para o exercício da cidadania, com o acesso à documentação básica e à moradia, por meio dos projetos de “Registro de Todos”, promovido pela CGJ-MA, e “Registro Cidadão”, implementado pelo TJMA, junto às comarcas.

“Nessa reunião, nós tratamos de dois momentos. Do Projeto “Registro de Todos”, para a assinatura do Termo de Cooperação com o Município, pelo corregedor geral, na semana que vem, e do Projeto “Registro Cidadão”, pela presidência do Tribunal, para nos anteciparmos na busca ativa de pessoas para fazer a emissão de certidões de nascimento, registro civil tardio de nascimento e de óbito. Ficou acordado que o prefeito irá comunicar o mutirão pelo rádio e trazer o público para o atendimento, no Fórum de Santa Helena”, informou a juíza coordenadora.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Termo de Cooperação

a ser assinado pelo corregedor geral, desembargador Froz Sobrinho, tem por objetivo executar amplo Programa de Governança de Terras no Município de Santa Helena visando a garantia do acesso legal à terra, com base na promoção da organização territorial dos municípios, com definição de suas áreas e limites com os municípios vizinhos, bem como estudo organizacional da área escolhida para a primeira regularização.

Por meio dessa parceria institucional, os servidores de Santa Helena já participaram de curso de capacitação em Regularização Fundiária na modalidade REURB-S, oferecido pela Corregedoria e ministrado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), que capacitou os participantes para realizar os atos necessários à execução do Projeto de Regularização Fundiária. Numa segunda etapa, os servidores vão participar do Curso sobre o Sistema de Georreferenciamento para REURB, que será utilizado na captação das informações social acerca dos moradores que residem na área de abrangência do projeto.

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Ação

O PSDB, o PSB e o PSD entraram com ações na Justiça Eleitoral pedindo a cassação das chapas de três partidos na disputa por vagas na Assembleia Legislativa por conta de suposto não cumprimento da cota de gênero de 30%. O ponto em discussão é o artigo 10 da Lei nº 9.504/97. Segundo as legendas que protocolaram ações de investigação judicial eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão, União Brasil, Pros e PSC não tinham 30% de mulheres entre seus candidatos. Eles alegam que as siglas acusadas tiveram candidaturas femininas indeferidas de mulheres indeferidas antes do pleito e, ou não fizeram as substituições das candidatas, ou não reduziram o número de homens na chapa proporcional, para manter o percentual.

Reeleição

O União Brasil reelegeu o deputado estadual Neto Evangelista, e o PSC reelegeu Wellington do Curso e elegeu Fernando Braide. Os processos foram distribuídos ao gabinete do corregedor eleitoral, desembargador José Luiz Almeida. No caso do União Brasil, PSDB, PSD e PSB alegam que uma candidatura fora indeferida devido a problemas de filiação partidária e que ela teria sido usada apenas para preencher a cota de gênero.

PSC

Sobre o PSC, apontam que o partido teve duas candidaturas de mulheres indeferidas. Já em relação ao Pros, que uma candidata desistiu da disputa. Se as ações forem julgadas procedentes, PSDB, PSD e PSB ganham uma vaga cada na Assembleia.

Judiciário e Segurança Pública alinham cooperação para PM realizar TCO

Divulgação: Denys Frazão



gente consegue trazer mais celeridade para os processos judiciais. Todos trabalham em cooperação, pensando naquele que está na ponta, que é o cidadão. Aquele que é o destinatário dos nossos serviços”, concluiu.

O secretário de Segurança Pública, Silvio Leite, comentou que a reunião foi muito produtiva. “O objetivo desse Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Sistema de Segurança Pública será para que a Polícia Militar possa lavrar o TCO nos crimes de menor potencial ofensivo. Vai trazer um grande ganho para o sistema de segurança pública e para a população maranhense”, finalizou.

Participaram da reunião os desembargadores Vicente de Paula, José de Ribamar Castro (presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional), o juiz José Nilo Ribeiro Filho (auxiliar da presidência) e o diretor de Segurança Institucional e Gabinete Militar, Coronel Alexandre Magno de Souza Nunes. *(Agência TJMA de Notícias)*

Com o objetivo de fazer os últimos ajustes para um termo de cooperação que permita à Polícia Militar fazer Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, recebeu o secretário de Estado de Segurança Pública, coronel Silvio Carlos Leite Mesquita. O Termo de Cooperação deverá ser assinado na próxima semana.


O secretário de Segurança

Pública esteve no Gabinete da Presidência do TJMA, acompanhado pelo coronel Eurico (chefe da Unidade de Desenvolvimento e Articulação Institucional - Uda) e pelo assessor, delegado Santana.

O TCO é o registro de um fato tipificado como infração de menor potencial ofensivo, ou seja, os crimes de menor relevância, que tenham a pena máxima cominada em até dois anos de cerceamento de liberdade ou multa.

O presidente Paulo Velten disse que a reunião serviu para avançar com a construção do Termo de Cooperação que vai ser muito importante, não só para o trabalho da polícia, mas, sobretudo, para o trabalho do Poder Judiciário.

“Permitir que a Polícia Militar faça os Termos Circunstanciados de Ocorrência, aliviando, dessa forma, o trabalho da Polícia Civil, que está muito sobrecarregada com inquéritos policiais. Com isso, a

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 54/2022 Processo nº 30370/2021	
Objeto: Aquisição e montagem de móveis fabricados (sob medida) destinados a atender ao Laboratório de Biologia Molecular; Abertura: 08/11/2022 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 19 de Outubro de 2022. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).	